Incra reconhece área da comunidade quilombola Picadinha/MS – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 02/01/2015

Portaria da presidência do Incra publicada no Diário Oficial da União do último dia 31 de dezembro de 2014 reconhece e declara como terra da Comunidade Remanescente Quilombola de Dezidério Felipe de Oliveira/Picadinha a área de 2.656 hectares, localizada no município de Dourados (MS).

A portaria, assinada pela presidente substituta, Érika Galvani Borges se sustenta na aprovação do Comitê de DecisãoRegional da Superintendência do Incra no Mato Grosso do Sul, que aprovou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID),bem como em processo de diálogo, consulta e acordo firmado entre o Incra, a comunidade quilombola, o Ministério Público Federal e proprietário do imóvel Fazenda Che Cay.

Histórico

A comunidade de Picadinha - Dezidério Felipe é formada pelos descendentes de Dezidério Felipe de Oliveira. Nascido em 1867, Dezidério foi escravo e testemunha da abolição da escravatura de 1888. Saiu, então, de Minas Gerais e veio em direção ao que hoje é conhecido como Mato Grosso do Sul, se instalando na região conhecida como Picadinha.

No município de Dourados, Dezidério conseguiu a posse de cerca de 3.700 hectares de terra na cabeceira do córrego São Domingos. Lá se casou e seus descendentes e agregados povoaram a posse conhecida como Picadinha. Sua posse foi sendo ocupada por fazendeiros e a família foi aos poucos perdendo a área.

A portaria de reconhecimento assegura a garantia do acesso a grande parte da área ocupada por Dezidério e seus descendentes no início do Século XX. A próxima etapa do processo de regularização do território quilombola é a elaboração e encaminhamento da proposta de decretação de interesse social da área pela Presidência da República.

Imóveis com maiores áreas desapropriadas ficam no Maranhão – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/01/2015

Mais de 70% dos 57.680 mil hectares, correspondentes a extensão de áreas desapropriados para fins de Reforma Agrária, que constam do decreto assinado no dia 31 de dezembro de 2014 pela presidenta Dilma Rousseff, estão localizados no território do Maranhão. Das 22 áreas desapropriadas, somente os quatro imóveis situados no Maranhão respondem por 72% do somatório destes imóveis, distribuídos em dez estados.

A Fazenda Salgador, localizada no município de Presidente Vargas, possui uma extensão de 26.550 hectares. A segunda maior área em extensão também fica no território maranhense. Trata-se da Fazenda Eldorado, situado em Imperatriz, segunda maior cidade do Estado, cuja área é de 12.315 hectares.

As outras duas áreas localizadas em território maranhense constantes no decreto de desapropriação do final de dezembro de 2014, são as Fazendas Bacuri Data Cumbre e Mangueira, situadas no município de Chapadinha e que possuem respectivamente a extensão de 933,64 hectares e 2.251 hectares.

Casulo

Estas quatro áreas vão contemplar um total de 871 famílias. Além destas áreas desapropriadas, o Maranhão também possuirá mais um Projeto de Assentamento Casulo (PCA). Trata-se do Projeto de Assentamento Casulo/ Monte Sinai, criado pela portaria da Superintendência Regional do Incra Maranhão, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de dezembro de 2014. O PCA Monte Sinai, situado no município de Zé Doca, tem área de 243, 54 hectares e capacidade para receber 31 famílias.

Os Projetos de Assentamento Casulo (PCAs) se constituem no resultado de uma parceria entre o Incra e as prefeituras. Ficando o Instituto responsável por cadastrar as famílias e assegurar o ingresso das mesmas no Programa Nacional de Reforma Agrária, enquanto que as prefeituras incentivam as atividades econômicas nestes assentamentos, observando os princípios do desenvolvimento sustentável.

Patrus reafirma compromisso com agricultura familiar e reforma agrária. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 06/01/2015

O novo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária, em cerimônia de transmissão de cargo realizada, na manhã desta terça-feira (6), em Brasília. “O tema da reforma agrária ainda desperta polêmica e encontra resistência. Por isso, sua tradução na realidade brasileira e na solução de conflitos sociais não depende apenas da vontade da presidenta da República, passa pelo Congresso Nacional, Judiciário e, sobretudo, pela sociedade”, destacou. Ele recebeu o cargo do ministro Miguel Rossetto, que assumiu a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Patrus Ananias ressaltou a importância da participação dos movimentos sociais no desenvolvimento do meio rural brasileiro. “Aqui estamos, também, em decorrência da ação de entidades sindicais e movimentos sociais comprometidos com a agricultura familiar, associados ao cooperativismo, à economia solidária, ao desenvolvimento dos territórios regionais; comprometidos com a produção de alimentos saudáveis e, ainda, com as lutas democráticas pela reforma agrária e pela efetiva aplicação do princípio constitucional da função social da propriedade”, afirmou.

Entre 2004 e 2010, Patrus Ananias foi ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e manteve diálogo com movimentos e entidades sociais. “Adotaremos no MDA a mesma linha dialogante e democrática de conduta. É mais um forte momento, gratificante e desafiador. Nosso desejo e compromisso é manter, aperfeiçoar e ampliar as conquistas do MDA”, assegurou Patrus Ananias ao destacar que acredita no trabalho em equipe, no planejamento e avaliação das políticas públicas, nas ações integradas e intersetoriais n os diferentes territórios do país.

Ele ainda comentou sobre a importância das políticas públicas. “A política tem uma dimensão finalística que se traduz na correta construção e aplicação das políticas públicas, eficácia das obras e das ações que melhoram cada vez mais a vida das pessoas, famílias e comunidades, até o plano nacional que se estende a humanidade ao planeta”, disse.

Durante a cerimônia, o ministro Miguel Rossetto agradeceu a todos, transmitiu o cargo e enfatizou a importância dos movimentos sociais e dos avanços sociais nos últimos 12 anos. Segundo ele, 786 mil famílias tiveram acesso à terra via reforma agrária ou crédito fundiário. “O Brasil carrega uma experiência democrática extraordinária e tenho certeza que reconhece a qualidade das lideranças populares e sociais do meio rural brasileiro, que com energia, criatividade e compromisso possuem a capacidade estratégica de pensar o meio rural brasileiro”, salientou.

Trajetória

Patrus Ananias, 62 anos, é natural de Bocaiuva (MG), advogado e doutorando em filosofia. É professor licenciado da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e pesquisador da Escola Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, da qual é servidor público concursado.

Atuou principalmente defendendo categorias profissionais, associações comunitárias e movimentos sociais. É um dos membros fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual se filiou em 1981. Foi vereador em Belo Horizonte (1989-1992), prefeito da capital mineira (1992-1996) e ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004-2010).

Propriedades de mais de mil hectares ocupam 45% da área rural do Brasil. Luisa Pessoa – Folha de São Paulo, Poder. 06/01/2015

Apesar das declarações da nova ministra da Agricultura, Kátia Abreu, de que "não existe mais latifúndio no Brasil", as grandes propriedades –as com mais de mil hectares (tamanho equivalente a pouco mais que seis parques do Ibirapuera)– ocupam 45% da área voltada a estabelecimentos rurais no país.

O Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e divulgado em 2009, é a última pesquisa sobre o tema. Os dados podem ser consultados on-line.

A previsão é que o próximo censo agropecuário vá a campo em 2016 e tenha 2015 como ano de referência.

Segundo as informações coletadas pelo instituto –o levantamento foi feito de maneira declaratória, ou seja, a partir do que informavam os proprietários rurais nas entrevistas–, as pequenas propriedades (com menos de dez hectares) respondiam por apenas 2,3% do território brasileiro classificado como estabelecimento rural.

Apesar disso, 48% do número total de estabelecimentos rurais estavam nessa faixa. Ou seja, quase metade das propriedades rurais do país dividiam somente 2,3% da terra

voltada à agropecuária no Brasil. Por outro lado, 0,92% das propriedades detinham 45% da terra(confira tabela abaixo).

Segundo um comentário presente no próprio relatório do IBGE: "Ao se analisar o Índice de Gini, utilizado para medir os contrastes na distribuição do uso da terra, percebe-se que, no período intercensitário 1995-1996 a 2006, o Brasil ainda apresenta alto grau de concentração [fundiária], expresso por 0,856, em 1995, e por 0,872, em 2006".

No Gini, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade.

Entre os Estados mais desiguais na distribuição da terra, estão Alagoas, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O relatório observou que, tanto na região Nordeste quanto Centro-Oeste do país, a desigualdade acompanhou "o processo de modernização produtiva" e a inserção do Brasil no "mercado mundial de commodities agrícolas".

O censo também mostrou que, dos 16,6 milhões de trabalhadores rurais, 12,3 milhões trabalhavam na agricultura familiar. Ainda assim, a terra voltada a esse tipo de atividade era bem menor (80 milhões de hectares) do que a de empreendimentos não familiares (253,6 milhões de hectares).

Ministro diverge de Kátia Abreu e defende 'derrubar cerca de latifúndios'. Aguirre Talento e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo, Poder. 06/01/2015

O novo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, defendeu nesta terça-feira (6) ao tomar posse no cargo "derrubar a cerca dos latifúndios" e a reforma agrária, entrando em confronto com declarações da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que afirmou não haver mais latifúndio no Brasil.

O ministro defendeu diversas vezes o respeito à função social das propriedades rurais, preceito constitucional segundo o qual, por exemplo, a propriedade não pode ser improdutiva.

"Ignorar ou negar a existência das desigualdades e da injustiça é uma forma de perpetuá-los. Não basta derrubar a cerca dos latifúndios, é preciso derrubar também as cercas que nos limitam a uma visão individualista e excludente do processo social", discursou Patrus.

"Oferecer e garantir oportunidade e crescimento a estas famílias na terra em que vivem é tornar concreto o conceito de função social da propriedade", disse o novo ministro.

Em entrevista à Folha publicada na segunda (5), Kátia Abreu havia afirmado que não é preciso acelerar a reforma agrária no país e que "latifúndio não existe mais". Ela assumiu o Ministério da Agricultura sob críticas de índios e de trabalhadores sem-terra.

Questionado após o discurso sobre se concorda com a afirmação da ministra, Patrus afirmou: "Prefiro dizer que o Brasil tem grandes propriedades. A maioria delas está sendo corretamente exploradas. E algumas são improdutivas [e devem ser alvo da reforma agrária]".

As declarações dos dois ministros já demonstram divergências explícitas entre as duas pastas da gestão Dilma Rousseff que cuidam da agricultura.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) avaliou positivamente as declarações do novo ministro. Alexandre Conceição, da coordenação nacional, considerou que a defesa da função social da terra por Patrus é uma sinalização de atenção à política da reforma agrária.

Ele também criticou a titular da Agricultura. "Kátia Abreu é latifundiária e desconhece a realidade do país", afirmou.

Incra cria 145 projetos de assentamentos em 2014 e assenta 32 mil famílias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 07/01/2015

Com 145 projetos de assentamentos criados ao longo do ano, distribuídos em 415.436 hectares, o Governo Federal incorpora à reforma agrária área de aproximadamente 2,9 milhões de hectares no período 2011-2014. Ao longo desse período foram criados 493 projetos de assentamento em benefício de 107,4 mil famílias. Em 2014 foram assentadas 32.019 famílias ante a uma meta de assentamento de 30 mil famílias. Considerando a média de 2,8 ocupações por lote, projeta-se que 89,6 mil pessoas viverão e trabalharão nos novos projetos de assentamentos.

Do total de famílias assentadas em 2014, 7.399 foram em assentamentos novos e outras 24.620 em assentamentos já existentes que contavam com lotes disponíveis para receber famílias aptas a participar do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Além dos assentamentos criados, em 2014 foram decretadas pela Presidência da República 30 imóveis para a reforma agrária, com área de 66,3 mil hectares e capacidade para receber 1.789 famílias. A partir de agora, as Superintendências Regionais do do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vão ajuizar os pedidos de posse desses imóveis. A imissão na posse dada pela justiça, autoriza o Incra a criar o assentamento. Os recursos para o pagamento das indenizações dessas áreas consta do orçamento de 2015 do instituto.

Investimentos

Ao longo de 2014 o Incra investiu R$ 1 bilhão 395 milhões nas ações finalísticas. Para a desapropriação e a aquisição de imóveis, foram empenhados R$ 527.904,274, o que permitiu ao Incra obter 104.081,68 hectares de terra para a reforma agrária em todo o País, com destaque para a região Nordeste.

Outra atividade com quase 100% do recurso empenhado foi a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que teve assegurados R$ 341.605.829. Em 2014 a ampliação desta rede de apoio técnico chegou a 78,7% das famílias assentadas no Semiárido (91.590 famílias); atingiu a universalização desse serviço nos estados de Pernambuco (20.059 famílias) e no Ceará (15.289 famílias), além do início da atividade de apoio às famílias assentadas em Reservas Extrativistas.

Já na área de infraestrutura – abertura de estradas, construção de pontes, bueiros -, o empenho correspondeu a 99,99%, isto é, R$ 224.581,570. O resultado foi a conclusão da abertura e a recuperação de 1.290 quilômetros de estradas vicinais em todo o País.

R$ 1,77 bilhão de programas federais na reforma agrária

Além do orçamento próprio do Incra, em 2014 a integração de políticas públicas do Governo Federal possibilitou a execução de outros serviços e apoio aos assentados de todo o Brasil, totalizando investimentos da ordem R$ 1,7 bilhão em 19 ações, como: Bolsa Verde; Fomento (Plano Brasil Sem Miséria); Programa Minha Casa, Minha Vida - assinados com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil; programa Água para Todos; Bolsa Família; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); PAA Leite; Programa Terra Forte, dentre outros.

Instalação nas novas áreas

Garantido o acesso à terra, o Governo Federal fará ainda um investimento médio de R$ 61,8 mil por famílias para viabilizar assistência técnica, crédito instalação e infraestrutura – estrada, água, energia elétrica e moradia, somando cerca de R$ 1,9 bilhão ao longo dos três anos de implantação dos 145 assentamentos criados em 2014.

A porta de entrada das famílias na reforma agrária é sua inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais, que lhe dá acesso às principais políticas públicas do Governo Federal. Elas terão ainda assegurada a regularização ambiental por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

De acordo com a Lei 13.001/2014, o processo de regularização fundiária e ambiental segue o seguinte trâmite: 1) anteprojeto espacial dos lotes; 2) homologação das famílias e expedição do Contrato de Concessão de Uso (CCU) até 30 dias após a seleção; 3) regularização ambiental; 4) medição e certificação do perímetro do assentamento (CAR); 5) demarcação definitiva das parcelas e expedição do título definitivo e 6) início da contagem do prazo de inegociabilidade e pagamento do título. (veja imagem)

Fluxo do crédito

Na fase de instalação do assentamento, a família terá acesso aos primeiros créditos da reforma agrária. As operações são feitas pelo sistema bancário, mediante o cartão do assentado.

Logo que entrar no assentamento a família ingressa no Ciclo I, que está assim definido: Apoio Inicial I, R$ 2,4 mil; Apoio Inicial 2, R$ 2,8 mil; duas operações de fomento no valor de R$ 3,2 mil, cada, e Fomento Mulher, em operação única no valor de R$ 3 mil.

No Ciclo II, o da Inclusão Produtiva, o assentamento poderá acessar o microcrédito orientado no valor de R$ 4 mil por ano, em até três operações por família, num valor total de R$ 12 mil.

No Ciclo III, o da Estruturação Produtiva, a família poderá acessar recursos de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio da linha de crédito Mais Alimentos para a Reforma Agrária no valor de R$ 25 mil para financiar atividades produtivas de custeio e investimento.

Pastoral da Terra diz que primeiro governo Dilma foi o pior para a reforma agrária. Evandro Éboli – O Globo, Brasil. 07/01/2015

Segundo comissão, foi o que 'mais apoiou o agronegócio e os grandes empreendimentos capitalistas'

BRASÍLIA — Dilma Rousseff foi a presidente da República que menos desapropriou terras e que menos assentou famílias no programa de reforma agrária. A conclusão é da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em 2014, apenas 6.289 famílias foram assentadas no país. Nos quatro anos de seu primeiro mandato, a gestão de Dilma assentou 103.746 famílias. A CPT assegura que esses são os dados oficiais do governo. Segundo a entidade, 73% do total de assentados são referentes a processos que se iniciaram no governo anterior, o de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em nota divulgada na tarde desta quarta-feira, a CPT diz que "o número (6,2 mil famílias assentadas) é obsceno se comparado ao volume de mais de 200 mil famílias sem-terra que se encontram atualmente mobilizadas pela reforma agrária no país" .

A pastoral diz ainda que o governo Dilma foi o que menos demarcou terras indígenas, quilombolas e que menos criou reservas extrativistas.

"Em contrapartida, foi o que mais apoiou o agronegócio e os grandes empreendimentos capitalistas" - diz a comissão, que apostou, diz o texto, no governo Dilma para alavancar a reforma agrária.

Os dados oficiais do Incra confirmam que o número de famílias assentadas nos três primeiros anos do primeiro mandato de Dilma foram os piores desde que se iniciou a série histórica dessa contabilidade, em 1995. O governo ainda não fechou os números de 2014, que só acontece em fevereiro. Em 2013 foram assentadas 30.239 famílias; em 2012, 23.075 famílias; em 2011, 22.021 famílias. Anteriormente, o pior ano em número de famílias assentadas foi em 2010, último ano de Lula, com 39.479 famílias assentadas.

Latifúndio só desapareceu no 'juridiquês'. Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo, Poder. 07/01/2015

No critério estritamente jurídico, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, tem razão: o latifúndio deixou de existir no Brasil.

Esse termo aparece no Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964, no começo da ditadura militar. Mas, desde 1993, o tamanho de propriedades rurais é definido pela lei 8.629, que regulamenta a reforma agrária prevista na Carta de 1988.

A legislação em vigor menciona "pequena propriedade", entre um e quatro módulos fiscais; e "média propriedade", de quatro a 15 módulos fiscais.

Por exclusão, qualquer fazenda acima de 15 módulos fiscais é uma grande propriedade. E qualquer área menor que um módulo é um minifúndio.

O tamanho do módulo fiscal varia de acordo com o município. Em São Paulo é de 5 hectares; em Santarém (PA), de 75 hectares.

No Cadastro de Imóveis Rurais do Incra, há 130.299 grandes propriedades privadas. Apesar de serem 2,3% do total de imóveis rurais, representam 47,2% da área total cadastrada.

O Incra vem decretando a desapropriação de grandes propriedades improdutivas – definição de latifúndio, segundo o Dicionário Houaiss.

Em 2014, por exemplo, o Incra decretou a desapropriação de uma fazenda de 26,5 mil hectares em Presidente Vargas (MA). A área equivale a 168 parques do Ibirapuera. Embora usando uma metodologia diferente, o Censo Agropecuário do IBGE também aponta concentração fundiária.

Amapá: Incra leva os benefícios da reforma agrária para 575 famílias assentadas no estado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/01/2015

As famílias que vivem nos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) Jacitara, Capoeira do Rei, Ilha do Faustino e Terra Grande, localizados no Amapá, são reconhecidas pelo Incra como beneficiárias da reforma agrária. A Superintendência Regional do Incra no estado (Incra AP) publicou no Diário Oficial da União do último dia 29 de dezembro de 2014 as portarias de reconhecimento das quatro áreas. A medida beneficia 575 famílias que vivem nestas localidades e que a partir de agora terão direito a todas as políticas públicas voltadas para esse programa, especialmente os créditos destinados às atividades produtivas.

A área do PAE Jacitara foi obtida por meio de processo de arrecadação do imóvel rural denominado Ilha Jacitara, com área de 359,6 hectares e capacidade para 25 famílias. A comunidade de Jacitara fica em uma ilha no rio Araguari e o acesso se dá somente por via fluviale está localizada no município de Cutias, distante 190 km da capital Macapá.

Também no município de Cutias foram destinados 1.404 hectares da Gleba Tartarugal Grande para a criação do projeto de Assentamento Agroextrativista Capoeira do Rei, com capacidade para 50 famílias, conforme aponta do Estudo da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel. A destinação das áreas Jacitara e Capoeira do Rei foi realizada com a parceria da Secretaria de Patrimônio da União no estado do Amapá (SPU- AP).

Terra Grande e Ilha do Faustino

O Incra também reconheceu os assentamentos Terra Grande e Ilha do Faustino, criados pelo governo do Amapá. O PAE Terra Grande possui área de 38,7 mil hectares e capacidade de atendimento de 400 famílias. Já o PAE Ilha do Faustino tem área de 2,5 mil hectares e capacidade para atender 100 famílias. Serão atendidos prioritariamente moradores tradicionais residentes, atuais ou originários das áreas dos imóveis, além de agricultores, pescadores, extrativistas e ribeirinhos.

As duas áreas estão localizadas no município de Macapá, no distrito do Arquipélago Bailinque e são administradas pelo Instituto do Meio Ambiente e do Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP).

Nas portarias de reconhecimento das duas áreas o Incra AP estabelece condições necessárias para que as famílias tenham acesso ao Crédito Instalação e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). (veja aqui o novo crédito para os assentados da reforma agrária)

Eliane Pimentel, prefeita de Cutias, destacou a importância da criação do PAE considerando a inclusão social das famílias além da mudança da condição dos moradores de ribeirinhos para beneficiários do Programa de Reforma Agrária. A prefeita destacou ainda o acesso aos programas sob responsabilidade direta e indireta do Incra como assistência técnica, créditos, infraestrutura, indicação ao Programa Minha Casa Minha Vida, dentre outros, que vem motivando a permanência das famílias a referida ilha e as perspectivas de desenvolvimento local e geração de renda na comunidade que estas plíticas podem alavancar.

Já a superintendente do Incra no Amapá, Maria GiustiAlmeida,enfatizou a parceria entre os órgãos públicos para agovernança fundiária e acesso às políticas públicas. "o reconhecimento dos PAEs Ilha do Faustino e Terra Grande é fruto de Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Incra AP e o IMAP, visando a promoção e o desenvolvimento socioeconômico das famílias de trabalhadores extrativistas na área do referido projeto", explicou a Maria Almeida.

Campo estéril. José de Souza Martins – O Estado de São Paulo, Aliás. 09/01/2015

O desentendimento inaugural do segundo governo da presidente Dilma Rousseff entre a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, sobre o conceito de latifúndio, mostra quanto a questão agrária está sendo proposta muito aquém do que realmente é. A ministra inaugurou-se dizendo que latifúndio já não existe no Brasil. O ministro contrainaugurou-se dizendo que existe e deve ser invadido. Desse mato não sai reforma agrária e é pouco provável que saiam atos de governo que a encaminhem no marco apropriado de uma questão social que pede providências e prontidão permanentes.

A ministra fala de um assunto que não é objeto de seu ministério, que deve cuidar da produção agropecuária e não da administração da estrutura fundiária. O ministro fala de um assunto que não é o seu: não faz parte da pauta do MDA gerenciar e propor invasão de terra. Cabe-lhe, antes a administração do conflito, no marco da lei.

No entanto, a celeuma encerra problemas de governação que vêm sendo empurrados com a barriga desde a posse do presidente Luiz Inácio, em 1º de janeiro de 2003. A reforma agrária não é tema prioritário nem relevante do Partido dos Trabalhadores. Seus governos lhe deram a importância que os antecessores lhe haviam dado, especialmente o governo de Fernando Henrique Cardoso, cujo ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, de todos os ministros da pasta foi o que melhor compreensão teve do que é a questão agrária no Brasil. Foi, no entanto, satanizado pelo MST e pela Pastoral da Terra.

Naquela ocasião, como o rei Salomão, Lula usou a espada do poder para repartir a questão agrária entre o ministro do Desenvolvimento Agrário e o presidente do Incra, indicado pela Pastoral da Terra, que tinha governança própria, discrepante das opções

do governo. Em três meses era demitido pelo presidente da República, único modo de dizer aos interessados quem havia de fato sido eleito presidente e quem é que mandava. Dilma Roussef poderá enfrentar dilema semelhante. Ter o conflito fundiário na própria estrutura do governo e no desentendimento entre ministros já é mais do que um castigo, sobretudo porque é falso o conflito que supostamente expressa.

É muito sério que o Ministério da Agricultura, historicamente, não tenha especial interesse na chamada agricultura familiar e alternativa e na agricultura agrorreformada, praticadas em maior número de estabelecimentos do que nos das grandes propriedades do agronegócio. A agricultura familiar é a última depositária de um saber ancestral que tem sido o fator de imunização dos pequenos agricultores contra os desastres das oscilações da economia de mercado. O complexo da economia tradicional, de combinação da produção direta dos meios de vida com a produção para o mercado, responsável pelo abastecimento alimentar de extensas regiões do Brasil, tem protegido esses agricultores contra os desastres das oscilações a que está sujeito o agronegócio, contornáveis para os grandes, fatais para os pequenos.

O Ministério da Agricultura, num país como o Brasil, deveria ser da agricultura e não sobretudo do agronegócio. O feijão e o arroz que muitos ministros e a própria presidente da República comem no dia a dia vêm da pequena agricultura e não da agricultura de commodities para exportação. O que me lembra, aliás, um bendito que ouvi numa região de agricultores pobres do Nordeste, quando lá fazia pesquisa: "Bendito e louvado seja Nosso Senhor da Pobreza. Se o pobre não trabaiá, o rico não tem nobreza".

Isso também serve para os que dentro e fora do governo se empenham em fazer da agricultura mote e motivo da luta de classes, que, especificamente quanto a isso, só existe no imaginário de motivação ideológica. Não é estranho que agora, em vez de se discutir a produção agrícola e a distribuição de renda que por ela se faria em favor dos pequenos agricultores de alimentos, estejam se discutindo conceitos. Latifúndio, de fato, não existe numa economia em que a questão agrária não foi proposta pelo conflito entre capital e propriedade da terra. Aqui, com o fim da escravidão, os proprietários de terra se metamorfosearam em empresários do capitalismo agrário, que foi o fundamento da rápida e significativa industrialização brasileira. Mas ao mesmo tempo surgiu no curso do processo a daninha praga do especulador imobiliário, o proprietário de terra que produz menos do que deveria produzir ou ganha sem produzir, comprando a terra barato ou grilando-a, não raro de agricultores pobres, para vendê-la caro quando a oportunidade se apresenta. A questão agrária é no Brasil a questão fundiária, rural e urbana, questão social de uma pobreza iníqua e descabida em que o pobre para trabalhar ou para morar paga tributos fundiários a parasitas sociais, grandes e pequenos, que cobram pela renda da terra como senhores feudais nutrindo-se às custas da pobreza forçada que impõem impunemente aos desvalidos da terra.

Agricultores da Ilha da Patiaca, em Buriti dos Lopes (PI) temem ser despejados – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 15/01/2015

Cerca de 80 famílias de agricultores rurais que cultivam na propriedade conhecida como Ilha da Patiaca, localizada no povoado Passagem da Canoa, no município de Buriti dos

Lopes, ao norte do Estado do Piauí, correm o risco de não poderem mais trabalhar na região. A denúncia foi repassada à FETAG-PI, através do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Buriti dos Lopes, Elias Carvalho.

De acordo com Elias Carvalho, essas famílias trabalham nessa propriedade há mais de 10 anos, uma área que corresponde à 264 ha. "Esse terreno foi doado para essas famílias, através de uma certidão de registro, repassada para os Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Ilha da Patiaca, doado pela União", explicou.

No entanto, um suposto proprietário da região, entrou na Comarca de Buriti dos Lopes com uma Ação de Reintegração de Posse, tendo logrado êxito judicialmente. "Baseado nisso, nós procuramos a Federação para buscarmos uma solução", disse o Presidente do STTR.

Em função disso, nessa terça-feira (13) a diretoria e Assessoria Jurídica da FETAG-PI se reuniu com a representante da Comissão dos Direitos Agrários da OAB-PI, Joselda Nery, para tratar sobre a questão e buscar soluções para o conflito.

Segundo a Presidente da FETAG-PI, Elisângela Moura e o Secretário de Política Agrária, DevaldoNunes, o caso já está sendo analisado pelo setor jurídico da entidade. "Estamos estudando a situação e queremos buscar auxílio de outras instituições, a fim de que possamos sensibilizar a justiça e resolvermos esse problema. Afinal de contas, essas famílias precisam de ajuda, porque é de lá que esses trabalhadores tiram o próprio sustento", declara.

Grupo sem-terra inicia 'janeiro quente' e invade fazenda em São Paulo. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, São Paulo. 18/01/2015

Começamos por aqui, mas vamos chegar até as terras da ministra Kátia Abreu, defensora dos latifundiários, disse líder do movimento

SOROCABA - Integrantes do Movimento Sem-Terra Bandeirantes ocupam desde a madrugada de sábado, 17, a Fazenda Recreio, em Piratininga, região de Bauru, noroeste do Estado de São Paulo. A propriedade é usada para reflorestamento de eucalipto. O movimento faz parte da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), liderada por José Rainha Junior, dissidente do Movimento dos Sem-Terra (MST).

De acordo com Rainha, essa é a primeira ocupação do 'janeiro quente', como ele chama a jornada de lutas que a Frente realizará até o final do mês em todo o País. "Este será o ano do enfrentamento do agronegócio e do latifúndio improdutivo. Começamos por aqui (interior de São Paulo), mas vamos chegar até as terras da ministra (da Agricultura) Kátia Abreu, defensora dos latifundiários", disse.

Os 250 militantes, segundo o movimento - a Polícia Militar contabilizou cerca de 150 ocupantes -, montaram barracos próximo da sede da fazenda. De acordo com Antonio Carlos Lorca, líder do acampamento, a área foi desapropriada em 2012 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e deveria ter sido transformada em assentamento, mas continua sendo explorada por uma empresa de reflorestamento.

O objetivo da ocupação, segundo ele, é apressar o assentamento das famílias. A PM informou que um funcionário da fazenda registrou a invasão e disse que os proprietários devem entrar com pedido de reintegração de posse nesta segunda-feira (19). A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) informou que, por se tratar de área particular, qualquer providência visando à desapropriação da área deve ser tomada pelo Incra.

Até as 19 horas, contatada por e-mail e telefone, a assessoria de imprensa do Instituto não havia dado retorno. A reportagem também entrou em contato com o superintendente do Incra em São Paulo, Wellington Diniz Monteiro, mas o celular estava em caixa postal. A mesma fazenda havia sido ocupada no ano passado por integrantes da Frente. Na ocasião, a Justiça determinou o despejo dos invasores.

Incra/SP criará seu primeiro assentamento na região de São José do Rio Preto – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/01/2015

Um novo assentamento de reforma agrária será criado em São Paulo, o primeiro da região de São José do Rio Preto. Na última quarta-feira (14), a Superintendência Regional do Incra em São Paulo recebeu da Justiça Federal de São José do Rio Preto a posse das fazendas Santo Ântonio da Bela Vista e São José, que são áreas contíguas localizadas nos municípios de Altair e Guaraci. As duas fazendas totalizam1.363,5142 hectares, tendo capacidade para cerca de 80 famílias.

O ato jurídico de entrega da posse dos imóveis ao Incra/SP representa o fim de uma longa espera para famílias acampadas da região. As duas áreas foram decretadas improdutivas pela Presidência da República em 25 de maio de 2009. A partir da assinatura do decreto o Incra pôde ajuizar a ação reivindicatória de desapropriação para fins de reforma agrária, mediante depósito em juízo dos valores indenizatórios previstos em lei, que serão pagos ao proprietário em caso de decisão judicial favorável à desapropriação.

O total das indenizações pagas pelo Incra/SP é de R$ 13.712.990,53. Destes, R$ 12.520.733,40 são referentes à terra nua, resgatados em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), e R$ 1.192.186,19 trata-se do valor total das benfeitorias pagas em dinheiro.

Já com a posse das áreas, o Incra/SP iniciou o processo de seleção das famílias acampadas nas redondezas das duas fazendas que são candidatas a beneficiárias de reforma agrária. As próximas etapas são a criação oficial do assentamento e alocação das famílias nos lotes. Em parceria com as prefeituras, as famílias serão inscritas no CadÚnico do Governo Federal, um dos critérios para acesso à terra.

A ressurreição da reforma agrária? Antônio Márcio Buainain – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 20/01/2015

O programa de reforma agrária estava engavetado, morrendo lenta e indefinidamente, como ocorre com muitas instituições e políticas públicas no Brasil, que sobrevivem a par das funções originais e continuam absorvendo recursos públicos, mesmo sem produzir resultados para a sociedade. Elas se mantêm porque os governos têm dificuldades para enfrentar os interesses que se reúnem em torno delas, mas também por

serem úteis ao jogo político: empregam milhares de pessoas – a maioria funcionários bem-intencionados que acabam frustrados pela falta de um que fazer útil -, centenas de "autoridades" que representam as bases aliadas, milhares de cabos eleitorais e, pior de tudo, mobilizam a esperança vã de milhões de cidadãos de que um dia terão seus pleitos atendidos. Custam caro, mas servem para enganar e para governar. E, quando são fechadas, não demora muito são recriadas, às vezes com novo nome, mas com os mesmos vícios e o mesmo vazio que justificaram a extinção.

Tudo indicava que este seria o destino da reforma agrária, cuja realização já estava fora da agenda do próprio governo federal. Mas o debate voltou, e animado! A ministra Katia Abreu declarou que não existe mais latifúndio no Brasil e que as intervenções fundiárias devem ser pontuais, com total respeito à legislação vigente que protege a propriedade privada, inclusive das ocupações, como eufemisticamente são classificadas as invasões feitas pelos movimentos sociais. O ministro Patrus Ananias discorda ipsis litteris da colega e diz que o latifúndio existe e predomina no agronegócio brasileiro, que é preciso observar com mais rigor o caráter social da propriedade da terra e atualizar os índices de produtividade tomados como parâmetros para as desapropriações. Prometeu reativar a reforma agrária, em novas bases.

Embora eu me identifique com a visão da ministra Katia, de que intervenções fundiárias, se e quando necessárias, devem ser pontuais e baseadas num novo modelo, o latifúndio – entendido como uma propriedade grande – existe, só que deixou de ser improdutivo e hoje é responsável por boa parte do crescimento do setor mais dinâmico da economia do País. É também evidente que continuam existindo terras improdutivas, só que essa situação já não corresponde ao domínio de proprietários rentistas e absenteístas que impediam o desenvolvimento do País.

Quem quiser buscar rentista deve olhar para as aplicações no mercado financeiro, com rentabilidade garantida pela própria política econômica, que continua favorecendo tais "investimentos" em detrimento da construção de um ambiente de negócios apropriado para estimular investimentos "produtivos". Terras "improdutivas", hoje, são quase sempre sinônimo de terras onde, nas condições vigentes, não dá mesmo para produzir, e desapropriá-las e redistribuí-las entre pobres é quase criminoso: joga-se dinheiro público fora sem nenhuma perspectiva de retorno social. É, ainda, evidente que ainda existem trabalhadores sem terras, parceiros e arrendatários que gostariam de ser proprietários e demandam terras. Resta saber por que essa aspiração, legítima, deve ser atendida à custa do direito de legítimos proprietários de terras, que procuram produzir da melhor forma possível, muitas vezes em condições adversas provocadas pela própria política pública.

Também é certo que existem pobreza e violência no meio rural, que milhões de famílias ainda vivem em insegurança alimentar, que temos problemas com índios, quilombolas e outros que só serão equacionados com políticas de desenvolvimento sustentáveis, sólidas e consistentes, e não com discursos e puras políticas assistencialistas. Portanto, não é a ausência de problemas que justifica a "desnecessidade" da reforma agrária, mas sim o fato – constatado pela própria experiência brasileira após ter assentado 1,2 milhão de famílias sem impactos positivos significativos – de que a reforma agrária,

reivindicada e concebida nas décadas de 50 e 60, não é hoje resposta eficaz para nenhum dos problemas do meio rural nem do Brasil.

**Antônio Márcio Buainain é professor de Economia da Unicamp*

Regularização fundiária é tema de audiências públicas no Território da Borborema – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 26/01/2015

Agricultores familiares dos municípios paraibanos de Queimadas, Esperança, Alagoa Nova e Areial poderão participar, nesta semana, de audiências públicas sobre as ações de regularização fundiária no Território da Borborema. O objetivo é orientar os agricultores com relação ao trabalho de cadastro e georreferenciamento que será iniciado no próximo dia 2 de fevereiro no território e que beneficiará mais de oito mil famílias com a titulação de terras.

As audiências são previstas no convênio firmado entre o Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (Interpa) em 2014. A regularização fundiária no Território da Borborema teve início em 2012, com os municípios de Lagoa Seca e Remígio.

Com o convênio firmado no ano passado, mais 19 municípios serão atendidos até 2016, permitindo a universalização da regularização no território, beneficiando, ao todo, 39 mil famílias de agricultores que vivem na região.

Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF)

Criado em 2003, o programa tem como objetivo promover à regularização fundiária de áreas devolutas estaduais, viabilizando, por meio da titulação, a permanência dos agricultores na terra e o desenvolvimento local.

Coordenado pela Secretária de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), o programa é executado em parceria com os Institutos de Terras Estaduais.

Incra muda de posição e rejeita revisar índice de produtividade. João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo, Poder. 26/01/2015

Documento interno do Incra (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) indica o fim da defesa de uma tradicional reivindicação do órgão e de movimentos sociais, a atualização dos índices de produtividade rural.

Segundo o pedido, a adequação desses padrões, estabelecidos com dados de 1975, revelaria que parte das grandes fazendas do país -se levada em conta a evolução tecnológica das últimas décadas- são improdutivas, não realizam sua função social e devem ser desapropriadas.

O relatório diz que a alta produtividade das grandes fazendas é empecilho para desapropriações, sem, entretanto, citar que o índice para medir a produtividade pode estar artificialmente baixo.

"A disseminação da tecnologia está permitindo que haja uma homogeneidade dos índices alcançados de produtividade física. São poucas as propriedades rurais com boas terras e bem localizadas que sofrerão a sanção constitucional da desapropriação em função dos indicadores de produtividade física", afirma o documento -"Proposta de Atualização Institucional do Incra"-, feito em dezembro.

O texto não apenas deixa de propor a atualização do índice como diz que outra abordagem deve ser avaliada.

Em lista de "estratégias de acesso à terra", o relatório propõe "debater um índice de sustentabilidade em vez da produtividade física", mas sem detalhar como a discussão ocorreria e quais variáveis comporiam o padrão.

A primeira parte relata o que foi feito pelo órgão nos últimos anos. A segunda, propõe ideias para o futuro e cita reivindicações salariais.

MUDANÇA

A proposta, responsabilidade do atual presidente do Incra, Carlos Guedes, difere do que outros ocupantes do cargo falaram desde a chegada do PT ao governo federal.

Rolf Hackbart, que esteve à frente do instituto durante as duas gestões do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu diversas vezes a modernização das bases de comparação. Celso Lacerda, que o substituiu, também o fez, mas com menos ímpeto.

A mudança sempre sofreu forte resistência do agronegócio, mas, graças em parte à pressão do Incra, em certos momentos da gestão Lula chegou perto de acontecer. Nos últimos anos, com o fortalecimento da bancada ruralista e o arrefecimento do conflito agrário, o assunto sumiu da agenda do governo.

Patrus Ananias (PT), novo titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário -ao qual o Incra é ligado-, já disse ser favorável à mudança.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), por sua vez, criticou o abandono da bandeira. "É com preocupação que a gente vê essas coisas. Houve uma mudança de ideologia quanto a desapropriar terras, o Incra não busca mais enfrentar o latifúndio", afirma Alexandre Conceição, da coordenação nacional do movimento.

Em nota à Folha, o Incra disse: "O documento foi elaborado para informar e subsidiar o novo ministro Patrus Ananias sobre os temas que dizem respeito ao Incra. O documento, entregue ao ministro, está sob sua análise, portanto não cabe comentários sobre os pontos colocados".

O texto reafirma a justificativa do governo federal para diminuir o ritmo de desapropriações, segundo a qual é mais eficiente desapropriar terras que tiverem condições de se tornarem produtivas.

"O desafio é identificar os fatores que podem levar grandes imóveis com boas condições de aptidão, logística e acesso a equipamentos públicos para serem destinados ao programa de reforma agrária de forma mais célere pelo Incra", conclui o documento.

Acordo mediado pelo Incra impede reintegração de posse em Novo Cruzeiro (MG) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/01/2015

Um acordo extrajudicial, firmado na Superintendência do Incra Minas Gerais, em Belo Horizonte, suspende a reintegração de posse que estava prestes a ser efetivada pela Polícia Militar mineira, por decisão Judicial, na Fazenda Gravatá, em Novo Cruzeiro (MG), no Vale do Jequitinhonha.

A conciliação evita um conflito que poderia resultar em violência já que as 32 famílias que ocupam o imóvel de 340 hectares, há 13 anos, haviam anunciado que não pretendiam deixar o local.

O acordo prevê avaliação conjunta realizada pelo Incra e Governo do Estado com o acompanhamento do proprietário do imóvel em até 90 dias. Se o valor apontado pela avaliação for aceito pelo fazendeiro, o Incra ou o estado adotarão as medidas administrativas para pagar o valor estabelecido, por meio de compra e venda, amparado pelo Decreto 433/92 ou pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC).

Se a avaliação não chegar ao pretendido pelo proprietário, a reintegração de posse poderá ser executada em cumprimento à sentença judicial da Vara de Conflitos Agrários da Capital. O acordo vai ser protocolizado para homologação judicial.

Em 2011, o Incra já tinha avaliado o imóvel, contudo o valor ficou desatualizado. Para minimizar o conflito, a prefeitura de Novo Cruzeiro decretou 27 hectares do imóvel, onde vivem os acampados, de interesse social, para implantar uma colônia agrícola e ajuizou uma ação de desapropriação da área desta porção do imóvel.

O superintendente do Incra/MG, Danilo Araújo destaca a condição social das famílias. "Trata-se de um acampamento onde residem 32 famílias de trabalhadores rurais que lavram a terra e tiram o seu sustento com muito esforço", destaca.

O proprietário, lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), seus advogados, o prefeito do município, um vereador e representantes da Secretaria de estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento (Seapa) participaram da negociação, coordenada pelo superintendente Danilo Prado.

TCU vê falhas em programa de regularização fundiária. Aguirre Talento e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo, Poder. 29/01/2015

Mais ambicioso programa de regularização fundiária do país, o Terra Legal deu milhares de títulos de terras com suspeitas de irregularidades, deixou de cumprir metas e não sabe quanto arrecadou vendendo áreas públicas, de acordo com uma auditoria realizada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

O programa foi criado em 2009 para tornar legais as posses de áreas públicas na Amazônia Legal. A auditoria está em fase final, mas ainda não foi julgada pelos ministros do TCU.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Terra Legal esteve envolto em polêmica no seu início. O programa nasceu após a aprovação no Congresso de uma Medida Provisória que ficou conhecida como "MP da Grilagem".

O receio do setor ambientalista era que o governo desse áreas para grileiros (pessoas que se apropriam de terras públicas criminalmente, geralmente por meio de fraude e violência) e legalizasse posses irregulares.

Após cinco anos da sua criação, porém, o TCU traçou um panorama de descontrole na execução das ações – que visam regularizar 67 milhões de hectares, ou cerca de 8% do território nacional.

Posteriormente, essa área foi atualizada para 55 milhões de hectares, meta atual.

Há, primeiro, um problema de lentidão. Segundo o relatório preliminar da auditoria, ao qual a Folha teve acesso, mantido o atual ritmo, o programa só bateria sua meta de 150 mil títulos de terras no ano de 2059.

A ideia inicial é que os títulos fossem concedidos em cinco anos, segundo o tribunal de contas. Até julho de 2014, haviam sido dados 7.951 títulos. Desse total, foram encontrados problemas ou indícios de problemas em quase metade deles.

Em 11% (887) deles, os beneficiários não atendiam aos requisitos do programa federal: já eram assentados da reforma agrária, possuíam outro imóvel rural em seu nome ou do cônjuge, já tinham morrido ou obtinham maior parte de sua renda em atividades fora da propriedade rural.

Outros 37% (2.931) dos beneficiários têm indícios do não enquadramento nesses requisitos: detêm cargo público ou emprego privado, são sócios de empresas não agrícolas e declararam residência em outro Estado, por exemplo.

Segundo o TCU, os proprietários e suas famílias devem explorar diretamente a terra para se beneficiarem do programa. Por isso, os auditores consideraram que alguns desses casos são claramente descumpridores dos requisitos, enquanto os demais devem ser apurados pelo governo federal.

Caso confirmadas essas irregularidades, a estimativa é que a União tenha perdido cerca de R$ 300 milhões, que é o valor de mercado dessas áreas sob suspeita de irregularidade com títulos de terra já concedidos. O valor do prejuízo pode aumentar caso cresçam os títulos de terras com irregularidades ao longo do programa.

DESCONTROLE

O programa, por exemplo, não sabe quanto já arrecadou com o pagamento das taxas para conceder as terras. Isso ocorre porque não há um sistema informatizado que faça esse controle.

Ainda é apontado como um problema a cobrança pelo valor da terra abaixo do preço de mercado e também abaixo dos próprios valores cobrados pelo governo federal nos assentamentos da reforma agrária.

Dentre as propostas dos auditores para encaminhamento do relatório estão que se estabeleça controles internos para fazer cruzamento de dados dos beneficiários com

outros sistemas do governo, como da Receita Federal, suspenda os títulos apontados como suspeitos de irregularidades e promova audiência com gestores ligados ao programa para ouvi-los sobre esses problemas.

OUTRO LADO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que segue "estritamente" o que determina a legislação do programa Terra Legal, mais ambicioso programa de regularização fundiária do país. De acordo com auditoria realizada pelo TCU (Tribunal de Contas da União), a iniciativa teria deixado de cumprir metas.

O ministério afirma que a definição dos preços das terras obedece à lei e que retoma para a União os imóveis rurais com título de terra indeferido.

Ao relatório do Tribunal de Contas da União, disse que pode anular títulos a qualquer momento caso seja detectada alguma irregularidade.

O ministério também afirmou que não tem acesso aos dados da Receita, por isso não fez cruzamento das informações dos beneficiários do programa -feita pelos auditores, que constataram pessoas que ganharam terra mesmo estando fora do perfil previsto pelo Terra Legal.

O órgão informou também que está desenvolvendo um sistema para contabilizar o pagamento das taxas de aquisição de terras, para obter um controle da arrecadação.

Sobre a demora no programa, a pasta disse que já concedeu cerca de 18 mil títulos até agora e que o ritmo das concessões passou a aumentar após uma lentidão inicial.

Incra recebe área para assentamento de famílias em Canoinhas (SC) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 29/01/2015

Publicada nesta quinta-feira (29) no Diário Oficial da União, a portaria da Superintendência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em Santa Catarina transfere ao Incra área de 29,4 hectares para assentamento de famílias na localidade de Felipe Schmidt, município de Canoinhas, no Planalto Norte Catarinense.

A transferência decorre de procedimento administrativo aberto pelo Incra junto à SPU para manifestar interesse sobre a área, incorporada ao patrimônio da União desde 1940. Segundo o chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Incra/SC, Vitor Adami, a intenção da Superintendência é anexar a área ao assentamento Herdeiros Argemiro de Oliveira, criado em 2004 em área de 356 hectares para abrigar 15 famílias.

Os próximos passos para a incorporação desta nova área são a transferência definitiva para o Incra em cartório e a publicação da portaria de ampliação do assentamento. A área também será vistoriada por peritos agrários a fim de definir quantas famílias poderão ser assentadas e se os atuais ocupantes atendem ao perfil socioeconômico da reforma agrária. Quando forem homologadas, as famílias beneficiárias poderão acessar as políticas públicas para segurança alimentar e incentivo à produção asseguradas aos assentados pelo Governo Federal.

Incra/PI beneficia 2.110 famílias com regularização fundiária no Semiárido – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/01/2015

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Piauí beneficiou 458 famílias com serviços de regularização fundiária em 2014. O trabalho foi feito em parceria com o Instituto de Terras do Piauí (Interpi), abrangendo os municípios de Santo Inácio do Piauí (14 áreas) e Colônia do Piauí (444 áreas), no Semiárido. Nos últimos três anos, foram regularizadas 2.110 áreas, que correspondem a 46 mil hectares, incluindo também, neste total, o trabalho desenvolvido nos municípios de Campinas do Piauí e Floresta do Piauí.

"As famílias tinham a posse da terra, mas essa posse não era regularizada. Ao final do processo de regularização, é realizada pelo Estado a emissão de título de propriedade à família. Isso dá segurança jurídica aos pequenos agricultores, possibilitando a permanência deles no campo como proprietários legais da terra. Essa nova realidade permite que os beneficiados acessem ao crédito rural e serviço de assistência técnica", explica Rubens Vieira Cardoso, coordenador do Serviço de Regularização Fundiária do Incra no Piauí.

Parcerias

Segundo ele, os municípios que passam por processos de regularização fundiária como o realizado pelo Incra e Interpi contam, a partir daí, com informações importantes para que os administradores realizem o planejamento e executem políticas públicas locais. Para se realizarem obras que beneficiem toda uma comunidade – como um posto de saúde, por exemplo – uma prefeitura precisa saber qual área pode ser utilizada para a construção. Por conta dessa vantagem trazida ao município, as prefeituras buscam também entrar na parceira com o Incra.

No caso de Colônia do Piauí e Santo Inácio do Piauí, as administrações locais compraram material para confecção de marcos topográficos (estruturas que são essenciais para demarcação dos limites das propriedades que passam por processo de regularização) e contribuíram ainda com combustível para o trabalho de campo. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais destes municípios também contribuíram na mobilização das comunidades para audiências públicas, empréstimo de espaço físico para atendimento ao público e com material de apoio.

"É importante ressaltar que quase todas as famílias beneficiadas por este serviço que fizemos são de baixa renda, com áreas de até 100 hectares. Com a regularização, é dada a possibilidade para que os pequenos agricultores tenham acesso a políticas públicas, melhorando a qualidade de vida das famílias no campo", afirma o superintendente regional do Incra no Piauí, Marcelo Mascarenha.

As 14 áreas regularizadas em Santo Inácio em 2014 ainda são remanescentes do trabalho iniciado pelo Incra e Interpi em 2012. Ao todo, em Santo Inácio, foram regularizadas 420 áreas nestes dois anos. Já em Colônia do Piauí, a expectativa é que o serviço de regularização favoreça mais 750 famílias de pequenos agricultores rurais em 2015.